

O Estado, a classe média e os pobres

Roberto Mangabeira Unger

O falso consenso em torno do lema "retomada do crescimento com inclusão social" esconde as escolhas decisivas que o Brasil enfrenta.

Arraigou-se sob o atual governo a idéia -- característica da pregação que os países mais ricos fazem às outras nações -- de centrar o esforço do Estado em dois compromissos. O primeiro compromisso é a adoção de políticas que ganhariam a confiança dos mercados financeiros internacionais embora sacrificando a produção e o emprego. Por conta da confiança viria o investimento. Já conhecemos as consequências. Os países que rejeitaram essa miragem -- progresso por meio de conformismo -- foram os que mais avançaram. Os países obedientes estagnaram ou regridiram.

O segundo compromisso ortodoxo é o de construir em favor dos pobres "redes de proteção social". A defesa pelo PT de propostas como a renda mínima e a bolsa-escola convergiu com a anunciada disposição do governo de dedicar as sobras do dinheiro público a programas sociais para os pobres. A classe média, ansiosa para fugir do sistema público de saúde, educação e previdência, seria atendida pelo exercício do poder regulador do Estado. O governo regularia com maior zelo os planos privados de saúde e as escolas particulares. E criaria facilidades para a previdência privada. A pedra de toque da política social seria, portanto, a divisão da política social em duas linhas de ação separadas: uma, compensatória, destinada aos carentes; a outra, reguladora, dirigida à classe média.

Parece lógico, mas está tragicamente errado. A lição mais importante do último século de medidas sociais em todo o mundo é que a política social se fortalece quando a classe média participa do sistema público. E se enfraquece quando os projetos sociais se reduzem à tentativa de ajudar os pobres. Num país tão desigual quanto o nosso, aumentam as razões para evitar a bifurcação da política social.

Em primeiro lugar, porque escola pública, hospital público e previdência pública só para pobres não servem para ninguém. Em segundo lugar, porque a classe média continuará fragilizada enquanto tiver de pagar o plano privado de saúde, a mensalidade escolar e a previdência particular. Em terceiro lugar, porque não se avança na política social sem converter a classe média em defensora dela e da tributação necessária para financiá-la. Essa conversão foi e é a base do modelo social europeu.

A alternativa é resgatar o sistema público de educação, saúde e previdência, povoando-o de centros de excelência, embora á custa de diminuir a rapidez de sua ampliação. Atrair para ele a classe média. E complementar o resgate com

iniciativas que incorporem os pobres ao sistema. Para isso, flexibilizar o federalismo, associando o governo federal, os Estados e os Municípios em órgãos transfederais que assegurem mínimos de investimento e de qualidade. E construir no professorado, na medicina e na administração de fundos de pensão carreiras para-estatais. Nessas carreiras, compensações e promoções estariam condicionadas a qualificações e a resultados.

Nas próximas semanas, em meio aos temas do momento, mostrarei ser esse o caminho para cumprir a tarefa social, como querem todos os brasileiros. Tratemos de aliar esse desejo forte a uma idéia clara e fecunda. A aliança entre o desejo e a idéia soerguerá o Brasil e libertará a criatividade brasileira, ainda refém da injustiça e do medo.

Roberto Mangabeira Unger escreve às terças-feiras nessa coluna. www.idj.org.br